



**ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Décima Sexta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Dezenove da Décima Quinta Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 65/2024, do Poder Executivo; Ofícios nºs 1.162, 1.283, 1.301 e 1.305/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício do Movimento dos Aposentados do Serviço Público de Estado de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zeca do PT, Paulo Duarte, Antonio Vaz, Professor Rinaldo, Lidio Lopes e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Lia Nogueira, Gleice Jane e Paulo Corrêa. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 361/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 12/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira; Projeto de Lei nº 15/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, aos familiares de Pablo Henrique dos Santos Uehara; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci), pela realização e escolha do estado de Mato Grosso do Sul para a realização da Plenária Federal do Cofeci, de 1º a 5 de abril de 2024, na cidade de Campo Grande, bem como pela atuação na fiscalização da profissão em todo o território nacional; requerimento, de autoria do deputado Paulo Corrêa, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 4 de abril de 2024, das 18h às 19h, a pedido do Conselho Regional de Corretores de Imóveis Mato Grosso do Sul – 14ª Região, para outorga da moção de congratulação pelos quarenta e cinco anos de Fundação do Creci/MS e do Cofeci; indicações, de autoria dos deputados Caravina, Gleice Jane, Junior Mochi, Zé Teixeira, Paulo Corrêa, Zeca do PT e Lidio Lopes. EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Usou da palavra o deputado João Henrique. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente*



assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezenove de março do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa — que cumpriu missão ontem — para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Agradeço pela missão oficial. Fui acompanhado do ilustre deputado Roberto Hashioka; ele foi com o pessoal do governo. Foi muito bom. Depois eu farei o relatório sobre isso. Senhor presidente, não vou poder atender à sua solicitação porque hoje não há expediente a ser lido. Então, estou devolvendo a palavra a Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o ilustre deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, venho apresentar um relatório sobre a missão oficial para a qual fui designado por Vossa Excelência para representar a Assembleia na visita de dois ministros do governo Lula à ponte da Rota Bioceânica, no município de Porto Murtinho; entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta. Estive lá acompanhado pelo prefeito Nelson Cintra, pelo nosso governador Eduardo Riedel, pelo secretário de estado da Casa Civil, Eduardo Rocha, e pela assessoria do governo. Representando esta Casa, estavam os deputados Paulo Corrêa e Roberto Hashioka. Fiquei muito satisfeito, senhor presidente, com o fato de ter sido designado um estradeiro, um colega engenheiro de estradas para me acompanhar, já que sou engenheiro civil. Aqui nesta Casa, temos outro engenheiro de estradas, o deputado Roberto Hashioka.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mas lá era ponte, deputado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Era uma ponte; uma missão específica. Quero mencionar que, com o empenho do ex-governador deputado Zeca do PT, as obras do lado de cá já foram retomadas. Ontem, o presidente da Energisa nos informou que a rede trifásica está pronta para começarmos a construção da central de concreto do lado brasileiro. Estamos com 52% de avanço na ponte da Rota Bioceânica, como dizem os nossos colegas paraguaios. Essa visita foi prestigiada pelo nosso governador Eduardo Riedel, que fiscalizou a obra conosco, verificando também os aspectos de segurança. Foi um orgulho para nós, ex-governador e deputado estadual Zeca do PT. Aquela é uma obra gigantesca. Ontem, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, representando o nosso presidente Lula, e o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, estiveram pessoalmente no local onde será construída a alça de acesso, e já iniciaram os levantamentos topográficos. Teremos a desapropriação da faixa de domínio, o que é uma medida normal. Serão treze quilômetros entre a BR-267 e a cabeceira da ponte do lado

brasileiro, que é responsabilidade do Brasil. Serão construídas seis pontes, algo que eu ainda não havia entendido, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — É uma região totalmente alagada.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — É uma região alagada que exigirá a construção de seis pontes nos arroios e no rio Amonguijá. Na época, solicitamos ao ex-governador Reinaldo Azambuja que fosse construída uma ponte sobre o rio Amonguijá, e hoje teremos uma ponte na BR, pois aquela área será uma extensão da BR-267, que chegará até a ponte principal. Fiquei muito satisfeito com a presença do governador Eduardo Riedel, que esteve conosco, fiscalizando tudo. Também realizamos um ato importante com o deputado Caravina e a vereadora Sonia, representando a classe política de Porto Murtinho. Inauguramos uma maquete simbólica da ponte da Rota Bioceânica, produzida em Assunção, que representa fielmente a arquitetura final da ponte. Então eu quero agradecer por essa missão oficial, até porque Vossa Excelência sabe que é dentro da minha casa; por vezes eu vou lá tomar café na minha casa, na beira do rio, com o deputado Zeca do PT, meu companheiro murtinhense. E a gente fica muito feliz que é uma obra gigantesca, e o governo Lula está aportando praticamente o valor de outra ponte nesses treze quilômetros de acesso.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Foi tratado também de outro tema importante para a integração, que é a ponte sobre o rio Apa, na região da Ingazeira, e consequentemente o compromisso do governador Riedel de asfaltar a BR-267 até a cabeceira da ponte, dando acesso à chamada Cidade Industrial do Paraguai, que é a cidade de Vallemi. Verdade?!

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Verdade! E eu queria falar sobre esse assunto também. Vossa Excelência sabe — não só Vossa Excelência — que eu pessoalmente pedi e fiz uma emenda ao Fundersul, e o deputado Roberto Hashioka e o senhor assinaram comigo. Se o Paraguai construir a ponte sobre o rio Apa, nós vamos asfaltar sessenta quilômetros ligando a estrada da Ingazeira para servir vários empreendimentos, mas, mais do que tudo, para trazer cimento mais barato para Mato Grosso do Sul. O cimento no Paraguai custa 30% menos do que aqui. É uma cidade industrial. Eu estava lá, e a prefeita de Vallemi, Intendente de Vallemi disse que o conhece, deputado, e que também está na batalha. E eu gostei muito, porque o governador Eduardo Riedel... Como ele tinha uma reunião em Assunção, uma reunião fechada com cinquenta empresários em Assunção, e pediram para ele dar uma palestra sobre as potencialidades do estado de Mato Grosso do Sul com o presidente Santiago Peña, então eu fiz um pequeno memorando e mandei no WhatsApp do nosso governador; e ele tocou no assunto com o presidente. O presidente chamou na mesma hora a nossa ministra de obras, e ela disse que vai encaminhar à chancelaria, porque isso é um acordo binacional assim como a ponte sobre o rio Paraguai em Carmelo Peralta. Essa ponte em San Lázaro, que liga a estrada da Ingazeira também é uma ponte internacional, porque o rio Apa é divisa de país. E o Paraguai se responsabilizando em fazer a ponta no foz do rio Apa, em San Lázaro, o governo do estado fica com esse compromisso firmado. O deputado Roberto Hashioka participou da conversa, e o governo fará a estrada após a confirmação de que o governo paraguaio fez a ponte. Então, ficou um acordo interessante e nós vamos interligando aquela região, fazendo a

cidade industrial se ligar a Porto Murtinho, e fazendo a Rota Bioceânica terminar seus duzentos e trinta e dois quilômetros que faltam, de Mariscal Estigarribia até Pozo Hondo; e agora vai ser dada a ordem de serviço. Eu queria convidar o presidente da Casa para estar conosco lá, para comer uma sopa paraguaia com a gente. Estará lá o presidente do Paraguai, para lançar esta obra dentro do Paraguai, de Mariscal Estigarribia até Pozo Hondo, que é o último trecho que falta da Rota Bioceânica para ser asfaltado, dentro do Paraguai. É um momento histórico para nós.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — É a chamada "Picada 500".

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — "Picada 500". Nós estaremos lá, e eu gostaria de...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu também!

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu queria destacar que o nosso maior incentivador da Rota Bioceânica nesta Casa é, sem dúvida, o nosso comandante da Comissão Permanente da Rota Bioceânica, Zeca do PT. Mas eu também queria que o estradeiro, engenheiro de estradas que me acompanhou, o deputado Roberto Hashioka estivesse conosco, assim como o presidente desta Casa e os demais deputados e deputadas, em abril ou no início de maio, culminando em uma exposição superimportante em Filadélfia, que será a Expochaco, onde também estaremos marcando presença. E, por último, eu queria dizer a Vossa Excelência, senhor presidente, que me enviou com outra missão, também; não era só a questão da ponte. O senhor me mandou com uma segunda missão; e eu fui lá visitar. Eu vou ver se a nossa assessoria consegue colocar isso até o final da Sessão. Nós visitamos o polo instalado na Fazenda Indiana, e tem um porquê: para obedecer à Lei do Pantanal, que esta Casa aprovou. Nós temos um polo de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, verificando as potencialidades do município de Porto Murtinho. Pasmem! Esse polo está na Fazenda Indiana, onde algodão da melhor qualidade está sendo produzido, além de soja, com possibilidade de — no primeiro momento, pelas contas que estão sendo feitas e pelas vagens que a gente viu nos pés de soja — colher cinquenta sacos por hectares na primeira safra; e quem é agricultor sabe que isso é bastante. Porto Murtinho tem uma terra muito fértil que até então não estava sendo explorada nesse sentido, mas também é Pantanal. Então, senhores deputados e senhoras deputadas, nós tivemos o cuidado de fazer o polo, obedecendo a lei, exatamente na região que não é Pantanal, ou seja, na região peripantaneira; por isso temos esses resultados. Mais tarde, vou passar para minha assessoria entrar em contato com a TV Assembleia, para poder colocar esses resultados à disposição. E, para finalizar, senhor presidente, o deputado Paulo Duarte fez um comentário muito importante, que eu acho que é alentador para nós: a Rádio ALEMS 105.5 está com uma seleção musical muito boa. E eu não sei quem está fazendo essa seleção, talvez seja a Carine e sua equipe, mas eu quero elogiar o trabalho da Rádio ALEMS 105.5. Por favor, coloquem músicas de qualidade, porque essa é uma marca que o presidente nos pediu; que a Rádio ALEMS fosse uma rádio para ser ouvida. Rádio para falar bobagem tem um monte. A nossa, não! A nossa traz conteúdo e tem música de qualidade, aprovada pelos deputados Paulo Duarte, Paulo Corrêa, pelo presidente Gerson Claro e pelo deputado

Pedro Kemp, que elogiou e segue a programação da Rádio Alems 105.5. Senhor presidente, eram esses os comentários que eu gostaria de fazer.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Primeiro, senhor presidente, quero me apresentar como um dos candidatos a fazer parte dessa comissão que provavelmente Vossa Excelência irá liderar, para participar de um evento muito importante da integração, que é o início do asfaltamento dos últimos duzentos quilômetros em território paraguaio, até a divisa com a Argentina, a famosa Picada 500. Com o início do asfaltamento dessa famosa Picada 500, evidentemente poderemos chegar com tranquilidade até as barrancas do Oceano Pacífico, lá no Chile. Eu quero ir, senhor presidente. Vossa Excelência deve comandar a comissão junto ao deputado Paulo Corrêa, enfim. Estou me credenciando para isso. Em segundo lugar, senhor presidente, gostaria de registrar o reconhecimento ao papel que o deputado Paulo Corrêa tem desempenhado no debate sobre a integração e o desenvolvimento de Porto Murtinho. Isso inclui a questão da segunda alternativa com a integração Paraguai, que é o asfaltamento da MS que liga a cidade de Porto Murtinho à barranca do rio Apa, onde o Paraguai pretende construir uma ponte sobre o rio Apa, proporcionando acesso à colônia San Lázaro e à cidade de Vallemi, conhecida como Cidade Industrial do Paraguai, onde o ex-presidente Horácio Carter está construindo uma das mais modernas fábricas de cimento do Paraguai. Ficam esses dois registros. Peço ao senhor presidente para me incluir nessa delegação que representará a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. E gostaria de cumprimentar o deputado Paulo Corrêa pelo papel extraordinário que tem desempenhado na defesa de nossa querida e vetusta Porto Murtinho. Mais uma coisa, senhor presidente: com Lula, Mato Grosso do Sul terá a maior titulação de terras da história do Brasil. Estamos convidando o presidente Lula para junho ou julho, no dia do agricultor, da agricultura familiar, para estar aqui e entregar três mil títulos definitivos do assentamento Itamarati. E é importante registrar, senhor presidente, a história da Fazenda Itamarati. Eu era governador, deputado Caravina, um belo dia, no ano 2000, segundo ano do governo, chego ao gabinete e me liga o saudoso companheiro Egídio Brunetto, falecido prematuramente — uma pena —, me dizendo o seguinte: "Zeca, governador, o Olacyr de Moraes (que já faleceu), dono da Fazenda Itamarati, estava entregando vinte e cinco mil hectares, dos cinquenta mil hectares da Itamarati, por conta, para o banco Itaú. Você poderia conversar com o presidente Fernando Henrique..." E eu sempre tive uma relação muito positiva com o presidente Fernando Henrique, e a preservo até hoje. Liguei para o presidente Fernando Henrique, contei a história, e ele perguntou: "o que você quer que eu faça?" Eu disse: Pegue os vinte e cinco mil hectares e acerte a conta do Olacyr com o Itaú através do imposto que o Itaú deve para o governo federal. Ele disse: "Você ajuda a montar o assentamento?" Eu disse: ajudo! Então, mais do que ninguém, nós botamos toda a estrutura do estado naquela época, construindo estradas, casas, fornecendo água, luz, recuperando os pivôs, cuidando da saúde e da educação; daí surgiram os primeiros vinte e cinco mil hectares. Então veio o governo do Lula, então conversei com o presidente Lula, e ele acertou os outros vinte e cinco mil hectares. Resultado, presidente: cinquenta mil

hectares que eram de um dono só, hoje têm três mil e trezentas famílias; mais de vinte mil pessoas, com quatro cooperativas produzindo basicamente produtos orgânicos para exportar para vários países do mundo. E é para essas pessoas que o presidente Lula virá entregar os títulos em julho. Sexta-feira, por ordem de Vossa Excelência, estarei em Nova Alvorada da Sul para entregar aproximadamente mais duzentos e cinquenta títulos para os assentados de Nova Alvorada do Sul. E onde eu vou, eu tenho dito o seguinte: pelo amor de Deus, não joguem fora o papel enganoso e sem nenhum valor jurídico que o presidente anterior mandou entregar. Uma senadora daqui saía entregando, em campanha eleitoral, um papel dizendo que era título definitivo. Mas não era nada! Não tinha nenhum conteúdo, nem valor jurídico, enganando os assentados! Eu digo para eles não jogarem fora! Afinal de contas, está chegando o inverno, e vai faltar papel para fazer fogo. Vocês podem muito bem usar esse papel, sem valor algum, para fazer fogo de manhã cedo, para tomar um chimarrão! Esse é o governo do Brasil no rumo certo. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. O nosso ex-governador está entusiasmado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu ia complementar a fala do nosso deputado Zeca do PT, e ele acabou fazendo esse adendo dos títulos falsos que foram entregues pelo governo Bolsonaro, enganando muita gente. Eu tive a oportunidade de sentar com várias cooperativas e trabalhadores da agricultura familiar que falaram: "Olha, nós estamos com esse título aqui que não serve para nada. Nem podemos acessar crédito." E agora, como disse o deputado Zeca do PT, o governo Lula vai entregar o título verdadeiro. Esse é o governo que está reconstruindo o Brasil. Senhor presidente, eu quero apresentar duas indicações. A primeira, ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando medidas no sentido de garantir a lotação de agente patrimonial ou a presença de agente de vigilância terceirizada na portaria das escolas estaduais que funcionam no período noturno. Essa solicitação nos foi encaminhada por representantes das comunidades escolares estaduais que funcionam no período noturno e que estão sem vigilância na portaria. Eles reclamam que a ausência de um vigilante patrimonial ou agente de segurança de empresa terceirizada no portão de entrada gera insegurança para a comunidade escolar. Por isso pedem à Secretaria de Estado de Educação medidas para a solução do problema. Também apresento uma indicação à doutora Mariele Alves Correia Esgalha, diretora-presidente do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, solicitando a climatização da sala de televisão coletiva do sexto andar do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, público presente e imprensa que nos acompanha pela TV Assembleia, hoje trago uma indicação vinda da minha querida Bataguassu, a pedido da população, e encaminhada pelo vereador Fábio. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando providências no sentido de aumentar o

número de atendentes da agência de atendimento da Energisa no município de Bataguassu. Isso se deve ao significativo crescimento da população e ao consequente aumento de demandas, tornando essencial que o atendimento ao usuário seja cada vez mais ágil e eficiente. Atualmente, o número de funcionários na agência é muito pequeno, havendo dias em que nem mesmo abre devido à falta de servidores da Energisa. Isso tem gerado uma demanda reprimida na região. Portanto, este é um pedido da população, encaminhado pelo vereador Fábio, e esperamos que o presidente da Energisa, senhor Marcelo Vinhaes, possa resolver essa situação o mais rápido possível. Por hoje é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, solicitando que seja implementado um acesso seguro no acostamento da rodovia MS-258, no KM 25, antes de chegar na MS-455. Essa proposta visa atender à solicitação encaminhada ao nosso gabinete através do senhor Gilbertelis Ferreira. Atualmente, a população enfrenta grande dificuldade ao tentar acessar as propriedades rurais, devido à falta de estrutura adequada para realizar o contorno e adentrar na estrada que conduz às propriedades. A ausência de acostamento torna a entrada e a saída das chácaras um desafio, especialmente para veículos maiores, como caminhões agrícolas e tratores. Acreditamos que a inclusão de acostamento na MS-258 será uma medida crucial para melhorar a acessibilidade e a segurança dos moradores e trabalhadores das propriedades rurais nesta região. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo aos deputados federais e senadores, representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando a intercessão junto ao Ministério de Infraestrutura, para a viabilização de convênio e recursos da União visando à construção de um aeroporto municipal no município de Jaraguari, com a realização das benfeitorias necessárias, como a implantação de drenagem, a pavimentação asfáltica da pista de dois mil e trezentos metros, sinalização adequada e cercas de proteção. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada ao nosso gabinete parlamentar pelo vereador Mário Nogueira: "Solicito a sua valiosa intercessão junto ao Ministério da Infraestrutura em prol da viabilização de convênios junto ao Ministério da Infraestrutura, em prol da viabilização de convênio e alocação de recursos da União para atender demanda crescente de transporte aéreo na localidade, pois a construção de um aeroporto municipal não apenas impulsionaria a conectividade de Mato Grosso do Sul com outras regiões do país e do mundo mas também estimularia o desenvolvimento econômico o turismo e a geração de empregos da região". É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.



DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Quero anunciar, pela liderança do bloco 2, a inclusão do deputado Paulo Duarte, que vai fazer parte do nosso bloco. Seja bem-vindo, deputado Paulo Duarte. É um prazer tê-lo conosco. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Já aproveito e solicito à equipe técnica, deputado Jamilson Name, para verificar a participação do deputado Paulo Duarte nas comissões e em qual presidência ele vai atuar. Vamos aproveitar bem a questão da participação de Vossa Excelência nas questões econômicas do estado. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado, senhor presidente. Eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência que colocasse um programa aqui na Assembleia, para que nós possamos checar as fake news ditas por parlamentares. O que o deputado Zeca do PT e o deputado Pedro Kemp falaram são fake news, porque ao longo do governo do presidente Bolsonaro foram tutelados mais de trezentos e vinte e seis mil títulos de propriedade aos assentados, e durante todo o governo do PT, primeiro e segundo governo Lula, foram noventa e oito mil; e no governo Dilma Rousseff foram cento e vinte e cinco mil. Eu tenho os números! Eles vêm aqui, e ficam [fala retirada a pedido do orador] essas coisas, presidente. Não dá! Não dá! Então fica aqui o meu protesto pelas fake news ditas aqui no dia de hoje pelo deputado Zeca do PT e pelo deputado Pedro Kemp.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Dnit em Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando a instalação de lombadas eletrônicas na BR-262, no trecho que atravessa o distrito de Salobra, no município de Miranda. Justificativa. O pedido foi formalizado pelos vereadores Elange Ribeiro, Marcos Roberto Gomes de Oliveira e Francisco Cebalho Medeiros, da Câmara Municipal de Miranda. O objetivo é melhorar a circulação e a segurança de motoristas, pedestres, moradores e turistas. A região do distrito de Salobra recebe um intenso fluxo de pessoas e veículos, tornando imperativa a necessidade de reforçar a segurança na rodovia BR-262 nesse trecho. Senhor presidente, trago ainda outra indicação. Indico à Mesa, conforme as disposições



regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Detran/MS, senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a instalação de sinalização turística vertical e placas de sinalização turística no município de Miranda. Justificativa. O pedido foi formalizado pelos vereadores Elange Ribeiro e Marcos Roberto Gomes de Oliveira. O objetivo é melhorar a circulação nas vias de acesso aos pontos turísticos de Miranda, visando ao desenvolvimento do potencial turístico da cidade. É só, senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor Presidente, tenho aqui uma indicação que considero de extrema importância para discussão, referente aos subsídios dos servidores da lagro. Após diálogos com o sindicato dos servidores dessa instituição, constatamos uma discrepância muito grande nos salários desses servidores em comparação com diversas outras categorias do governo. Por esse motivo, estou encaminhando ao Excelentíssimo governador, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Administração, senhor Frederico Felini, um pedido para a elaboração conjunta com os servidores de um projeto de reestruturação e reorganização do Plano de Cargos e Carreiras no Quadro de Pessoal da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (lagro). Este é um pleito do Sindicato dos Fiscais Estaduais Agropecuários, que reivindicam essa reestruturação. Destaco aqui o avanço que nosso estado alcançou nos últimos anos em vários aspectos da fiscalização desempenhada pela lagro. Por exemplo, somos um estado livre de febre aftosa, e a atuação rápida e eficiente da lagro foi fundamental para conter a situação da gripe aviária, evitando embargos nas exportações de aves. O prejuízo de um mês nessas exportações seria considerável, tanto para o estado quanto para os produtores. É importante reconhecer o trabalho dos servidores da lagro, que têm contribuído significativamente para o avanço e o aumento da receita e arrecadação do nosso estado. Não podemos manter os profissionais com suas remunerações congeladas por tantos anos, portanto, solicito que essa proposta apresentada pelo governo seja analisada o mais rápido possível. Este é um momento oportuno — pois há várias outras categorias em discussão — para priorizar a remuneração dos servidores da lagro.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, eu gostaria que fosse retirado dos anais da Casa a expressão que eu utilizei, pois ela não condiz com a minha forma de atuação aqui na Assembleia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrado, deputado. Esse comportamento é o que faz parte do seu perfil. Parabéns! Com a palavra, o nobre deputado Roberto Hashioka.



DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores, aqueles que nos assistem pela TV Assembleia, que nos acompanham pela Rádio Alems. Em primeiro lugar, senhor presidente, quero agradecer a oportunidade que tive, ontem, de acompanhar o governador Eduardo Riedel, juntamente com o deputado Paulo Corrêa, durante a visita dos ministros Waldez Góes e Simone Tebet às obras de construção da ponte da Rota Bioceânica. Essa obra tem um significado muito importante para o Brasil, pois ligará quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, conectando o Atlântico ao Pacífico. Como engenheiro rodoviário, pude presenciar a construção dessa obra de arte especial, projeto que foi elaborado por uma empresa espanhola, e a construção está a cargo de duas construtoras brasileiras e uma consultora paraguaia. A ponte tem mil, duzentos e noventa e quatro metros de comprimento e uma característica singular: dois vãos estaiados, permitindo que os trezentos e cinquenta metros de largura do rio Paraguai estejam desobstruídos, sem nenhum pilar. Isso é de extrema importância para uma obra moderna, que certamente contribuirá para transformar Porto Murinho, nossa última cidade no oeste do estado, que serve de porta de entrada para o Brasil. Por isso eu gostaria de agradecer pela oportunidade, presidente. Tenho aqui uma emenda à Lei nº 6.160, de 18 de dezembro de 2023, para vigorar com as seguintes alterações e acréscimos, referentes à Lei do Pantanal: no parágrafo 3º, proponho que na construção de rodovias, estradas e caminhos de acesso na área de utilização restrita do Pantanal, mesmo em sua implementação básica ou pavimentação asfáltica, e mesmo que se trate de uma situação de utilidade pública e interesse social, será necessária a realização do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (Evtea) e a obtenção da licença ambiental perante o órgão competente; artigo 2º: esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Em consonância com o artigo 225 da Constituição Federal, a presente proposta de alteração legislativa visa proporcionar maior segurança jurídica e o devido cumprimento das exigências constitucionais no âmbito ambiental, especialmente no que se refere à preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado durante a implantação de rodovias, estradas e acessos em áreas de utilização restrita do Pantanal. Ainda que invocada a hipótese de utilidade pública e interesse social para a realização dessas obras, é necessário conduzir um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (Evtea). O Evtea consiste em um conjunto de estudos elaborados para avaliar os impactos e benefícios diretos e indiretos resultantes dos investimentos e da implementação de novas infraestruturas de transporte ou da melhoria das já existentes. Essa avaliação visa determinar a viabilidade dos projetos, verificando os benefícios estimados e justificando os custos relacionados à execução das obras planejadas. Além disso, a realização do Evtea não substitui a necessidade de obtenção da licença ambiental, portanto, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta proposta. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, todos que se fazem aqui presentes e quem nos assistem pela TV Assembleia. Tenho uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, senhor Jaime Elias Verruck, e ao diretor-presidente da Agência de

Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), senhor Washington Willeman de Souza, solicitando a disponibilização de uma patrulha agrícola mecanizada para atender os assentamentos do município de Corguinho. A presente indicação foi formulada pelo vereador Adalgiso Ribeiro Paraguaçu, do município de Corguinho. Era isso que eu tinha, senhor presidente. Pela ordem, presidente. Eu gostaria apenas de registrar minha participação na abertura de um evento de extrema importância que ocorreu há pouco. Esse evento é de grande relevância para todo o estado de Mato Grosso do Sul e para todos nós que combatemos a violência contra as mulheres. Reconhecemos a importância da criação das delegacias especializadas no atendimento à mulher. O evento reuniu representantes de todas as delegacias especializadas e delegacias de um modo geral em todo o estado, para debater o combate à violência contra as mulheres, especialmente o feminicídio. Hoje testemunhamos um novo momento e um novo conceito adotado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e pelas polícias do nosso estado, incluindo a Polícia Militar e a Polícia Civil, todos empenhados em acolher as vítimas. Houve um tempo em que, muitas vezes, a vítima se tornava ré ao denunciar um crime ou uma violência sofrida. Portanto, gostaria de parabenizar, em nome de Elaine Benincasa, nossa delegada da Deam aqui em Campo Grande, pelo excelente trabalho que vem realizando, assim como toda a secretaria, representada pelo doutor Carlinhos, por organizarem um evento tão significativo e com essa magnitude, entendimento e sensibilidade, para unirmos forças na quebra de paradigmas, preconceitos e discriminação em nosso estado. Era isso, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e todos que nos prestigiam e nos assistem pela TV Assembleia. Bom dia também à imprensa e aos servidores da Casa. Senhor Presidente, faço uso do Pequeno Expediente apenas para apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Igreja Mundial do Poder de Deus, representada pelo apóstolo Valdemiro Santiago de Oliveira, pelos vinte e seis anos de fundação completados em 9 de março de 2024, e pelo trabalho social realizado nos municípios, especialmente em Campo Grande. É só, senhor Presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Primeiramente, eu gostaria de fazer uma indicação ao governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, Rodrigo Peres Ramos, e ao secretário de estado de Administração, Frederico Fellini, solicitando a realização de estudos técnicos para viabilizar um programa de subsídio para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) dos servidores efetivos do quadro de motoristas da administração direta e indireta do estado de Mato Grosso do Sul. Recebi este pedido de inúmeros funcionários motoristas que consideram o custo da renovação da CNH inviável. Acredito que, dada a sensibilidade demonstrada pelo governador Riedel, essa proposta seja plausível e esteja em consonância com sua filosofia. Em segundo lugar, requeiro à Mesa



Diretora, e sei que Vossa Excelência vai comungar da minha ideia, solicitando que seja enviado um convite formal ao senhor secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Jaime Elias Verruck, para que ele realize uma exposição aos parlamentares desta Casa sobre os projetos para aplicação dos recursos provenientes do programa BID Pantanal para o nosso estado. Vossa Excelência e esta Casa sabem que o programa BID Pantanal é um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de duzentos milhões de dólares (aproximadamente um bilhão de reais), destinados a Mato Grosso do Sul. Após muita luta, consegui uma cópia do programa através da ministra Marina Silva e do ministro da Agricultura e Pecuária; está comigo a cópia. E nesse programa, deputado Paulo Corrêa e senhor presidente, se refere a todos os Pantanaís do nosso estado, porém não menciona nada sobre investimento no Pantanal do Nabileque. Visto que, a partir do Pantanal do Nabileque, assim como o Pantanal da Nhecolândia, é que nós vamos atender o chamado baixo Pantanal, que vai até Porto Murtinho, que Vossa Excelência preza e defende com muita determinação. Precisamos saber se não haverá absolutamente nenhum investimento contemplado no programa para o Pantanal do Nabileque, porque eu acredito que ainda seja possível reverter essa situação em prol daquela região. Além disso, o programa não destina recursos para o desenvolvimento e proteção das comunidades tradicionais, como os índios guatós, os ribeirinhos, os quilombolas que possam estar localizados dentro da bacia pantaneira, bem como os assentamentos de Corumbá. Por fim, acho oportuno que esta Casa faça um convite, como fizemos na questão da ponte, para que possamos ouvir e fazer essas ponderações pessoalmente ao secretário responsável pelas obras do Programa Pantanal. É isso, senhor presidente. Agora, solicito a palavra, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Tem sido motivo de destaque no noticiário de todo o Brasil, inclusive com repercussão internacional, o processo que está enfrentando o ex-presidente, cujo nome prefiro não falar— anterior ao Lula — porque mandou forjar a carteira de vacinação da Covid-19, e depois orientou que ela fosse rasgada. Ele está enfrentando um processo sujeito a uma pena de três a quinze anos de prisão; e também deve enfrentar um processo nos Estados Unidos, porque foi para lá sem a carteira de vacinação (ou com uma carteira falsa). No entanto, isso é uma questão para o Judiciário brasileiro. Mas agora a moda pegou! Vejam! "Governo Miley descarta vacinação contra a dengue na Argentina!" Com essa mesma postura, provavelmente ele vai sofrer um processo por essa obsessão, algo desse setor ultraconservador do mundo e contra a ciência. Uma barbaridade! Por fim, eu gostaria de dar uma bela notícia: a superintendente da Sudeco, Rose Modesto, está lançando hoje um programa de financiamento para pequenos empresários e microempresários, na Praça das Comunidades Indígenas, em frente ao Mercado Municipal. Durante um jantar com o ministro da Agricultura e Pecuária, Paulo Teixeira, o governador Eduardo Riedel e o deputado Vander Loubet, discutimos a falta do fundo garantidor do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) em nossa região. Enquanto o Nordeste e o Norte têm seus fundos garantidores, o Centro-Oeste não contava com um. No entanto, é uma excelente notícia informar que o Senado Federal aprovou recentemente o fundo garantidor do FCO, e os financiamentos já estão disponíveis para

os micro e pequenos empresários, tanto urbanos quanto rurais, inclusive para a agricultura familiar. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu gostaria de falar com Vossa Excelência, se me permite. Eu sei que está fora do Regimento Interno, mas eu e o deputado e engenheiro Roberto Hashioka estivemos ontem com o Waldez Góes. Eu gostaria de expressar a Vossa Excelência que fiquei muito bem impressionado com a competência do Waldez Góes, que é o responsável pela Sudeco e outros assuntos relacionados. Ele demonstrou estar bastante impressionado com o estado de Mato Grosso do Sul. Recomendo, então, a Vossa Excelência, que tem uma proximidade significativa com o presidente Lula, que converse com o Waldez Góes, pois percebi que ele é um homem muito preparado, inclusive foi três vezes governador do Amapá.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu fui governador aqui na mesma época em que ele foi no Amapá.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Então é uma pessoa muito competente, e que manda no processo inteiro dos fundos constitucionais do Brasil; é uma pessoa que tem sensibilidade. Ontem ele foi a Porto Murtinho, e eu mostrei a ele o campo experimental. Ele ficou muito impressionado e disse que vai ter condições de financiar o que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul aconselhar. Ele disse que vai ajudar com os fundos constitucionais. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 00712/2024, 00713/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 00690/2024); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00703/2024, 00707/2024); dois projetos de lei (Prot. nºs 00693/2024, 00694/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 00683/2024, 00684/2024, 00682/2024); uma moção de congratulação (Prot. nºs 00685/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 00688/2024); um projeto de lei (Prot. nº 00699/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 00691/2024, 00689/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00692/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: dez indicações (Prot. nºs 00697/2024, 00698/2024, 00708/2024, 00709/2024, 00710/2024, 00711/2024, 00714/2024, 00715/2024, 00716/2024, 00717/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 00705/2024, 00706/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: duas indicações (Prot. nºs 00687/2024, 00686/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: um requerimento (Prot. nº 00695/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um projeto de lei (Prot. nº 00700/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 00696/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 00701/2024); um requerimento (Prot. nº 00702/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Inscrito no Grande Expediente, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de trinta minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Vou falar por quinze minutos, senhor presidente, a pedido do deputado Paulo Duarte. Mas não posso deixar de fazer um registro na Sessão de hoje sobre a reunião ministerial que o

presidente Lula conduziu esta semana. Na reunião, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, fez uma apresentação detalhada dos avanços alcançados pelo governo Lula, destacando o cuidado com as pessoas, com as cidades, com o campo, com o meio ambiente, com a economia e com os investimentos realizados no primeiro ano de governo, que agora estão sendo continuados no segundo ano. Entre os pontos abordados estavam o pacto federativo, a defesa da democracia e a política externa. Quero ressaltar alguns pontos da prestação de contas feita pelo ministro Rui Costa. Ele enfatizou que a economia brasileira está crescendo e avançando, divulgando que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9% em 2022, com aumentos na agropecuária, na indústria e nos serviços. Esse crescimento do PIB significou mais do que o dobro do estimado pelo mercado, que esperava um crescimento pífio em torno de 1%. Outro avanço significativo foi a inflação de 4,62%, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Isso é crucial, pois sabemos que a alta inflação prejudica principalmente os salários da classe trabalhadora. Além disso, em 2023, registrou-se um saldo recorde de noventa e oito bilhões de dólares na balança comercial brasileira, um crescimento de 61% em comparação com o ano anterior. Em relação ao cuidado com as pessoas, em 2023, fechamos com uma taxa de desemprego de 7,7%, portanto uma queda de 19% na comparação com 2022, quando o índice era de 9,6%. Em 2021, eram 14% de desempregados no Brasil. Ainda neste eixo de cuidar das pessoas, é importante registrar que o Programa Mais Médicos foi retomado, contando com vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e um médicos que estão atendendo atualmente. Houve um reajuste de 48% na merenda escolar, sendo relevante notar que o último reajuste foi feito há seis anos. Além disso, foram introduzidos novos medicamentos na Farmácia Popular, incluindo vários medicamentos gratuitos distribuídos para a população. O valor pago pelo programa Bolsa Família aumentou para seiscentos e oitenta reais, beneficiando cinquenta e cinco milhões de pessoas. No ano passado, houve a retomada da política de valorização do salário mínimo, com um aumento real acima da inflação, o que é essencial para devolver o poder de compra às famílias e promover a distribuição de renda. É importante também destacar os investimentos do governo Lula em infraestrutura em todo o país. O governo retomou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimentos de duzentos e treze bilhões de reais, um aumento de 20% em comparação com 2022. Além disso, em 2023, os repasses federais para os estados e municípios aumentaram, totalizando um bilhão quatrocentos e sessenta milhões de reais, um aumento de 17% em relação ao ano anterior. Na agricultura, foram abertos noventa e oito novos mercados para os produtos agrícolas brasileiros no exterior. É importante ressaltar que muitas pessoas criticam as viagens do presidente Lula para outros países, mas elas não falam do resultado positivo dessas viagens. O que o presidente vai fazer lá fora? Vai passear? Não! Vai buscar investimentos estrangeiros e abrir novos mercados para os produtos brasileiros, o que gera empregos e mais recursos para o país. Então é importante comemorarmos a abertura de noventa e oito novos mercados para os produtos agrícolas brasileiros no exterior. Além disso, o presidente Lula lançou no ano passado o maior Plano Safra da história, com um valor de cinquenta e quatro bilhões de reais, um aumento de 10% em comparação com o ano anterior. Muitas vezes ouvimos pessoas ligadas ao agronegócio afirmarem que é o agro que sustenta o Brasil, mas ninguém fala dos investimentos do governo. Por último, é importante fazer um registro sobre uma marca deste governo: o combate ao desmatamento, especialmente na região amazônica do Brasil. Em 2023, houve uma queda de 22% no desmatamento da Amazônia, o que é bastante



significativo, porque queremos transmitir ao mundo a ideia de que é possível combinar crescimento econômico, distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida da população, combate à fome e à miséria, e sustentabilidade ambiental. Hoje vemos notícias de que países europeus estão deixando de comprar produtos de regiões desmatadas, o que demonstra a preocupação global com o controle do desmatamento em países produtores de alimentos. A política adotada pelo presidente Lula, que é hoje uma liderança internacional, é fundamental nesse contexto. Ele está levando ao mundo a mensagem de que é possível combater a fome, a pobreza e a desigualdade com responsabilidade ambiental. No Brasil, a riqueza é mal distribuída e o país é um dos mais desiguais do mundo, no entanto, é possível produzir sem a necessidade de desmatar mais áreas. Assim, eu gostaria de registrar essas boas notícias e conquistas do governo do presidente Lula neste primeiro ano de seu terceiro mandato. Acredito que essas boas notícias continuarão nos próximos três anos de administração. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Não está presente. Declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação. Queremos registrar e agradecer a presença do senhor Germino Roz, prefeito do município de Batayporã; do senhor Osmar Ajala da Costa, vereador do município de Bodoquena; da senhora Eliene Amorim, presidente da Associação de Mulheres Profissionais de Negócios de Campo Grande; do senhor Nelson de Paula, vereador do município de Bodoquena; da senhora Sumara Leal, vereadora do município de Cassilândia; do senhor Caio Mascarenhas, procurador do estado, chefe da Procuradoria Judicial; do senhor Emerson Luna Bonfim, vereador e presidente da Câmara de Bodoquena; do senhor Paulo Borges, vereador do município de Paranaíba; e da senhora Caren Cristina, esposa do vereador Paulo Borges, o Bodinho, do município de Paranaíba.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, ontem eu entrei com um requerimento para Vossa Excelência, à Mesa Diretora, pedindo que fosse transcrito para os anais dessa Casa — para que atuais e futuras gerações do nosso povo possam entender — o que aconteceu neste país recentemente, no final de 2023 e início de 2024, ou seja, os depoimentos do general ex-comandante do Exército do governo passado e do brigadeiro ex-comandante da Força Aérea Brasileira do governo passado, dizendo (ambos) das inúmeras vezes que foram interpelados e quase coagidos para que aderissem ao propósito ou à ideia do ex-presidente sobre a articulação de um golpe político. Eu quero também, senhor presidente — para avançar nessa ideia — que os anais desta Casa política possam preservar para futuras gerações o que (com tristeza) eu vejo no noticiário de hoje onde: Cid, que era auxiliar direto no ex-presidente, diz que Braga Neto mandou pedir dinheiro ao PL para financiar a Força Especial do Exército

Brasileiro sediado em Goiânia. Mandou pegar com o PL cem mil reais para transferir essa força (os tais Kids Pretos). E tem vídeo mostrando que inúmeros dos componentes dos Kids Pretos estavam nas cercanias dos prédios dos Três Poderes, quase que protegendo, talvez, aqueles que foram para lá depredar. São imagens e histórias de triste memória daqueles que ousaram conspirar contra a democracia brasileira. Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência fez um brilhante pronunciamento há pouco. Portanto, eu quero registrar tanto a fala do depoimento do ex-comandante do Exército quanto do depoimento do ex-comandante da Força Aérea Brasileira, agora somado ao depoimento do tenente-coronel Mauro Cid falando do comportamento do general Braga Neto. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradecemos também a presença do senhor Rafael Amâncio Volpato, vereador do município de Naviraí, e do senhor Marcos Lima, vereador do município de Bela Vista. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois deputados presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2024. Autor: deputada Mara Caseiro. "Declara a Linguíça de Maracaju como Patrimônio Imaterial e Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas para ressaltar a importância da origem da linguíça de Maracaju, pois está diretamente ligada à tradição das famílias que colonizaram a Serra de Maracaju. As principais famílias colonizadoras vieram do Triângulo Mineiro e trouxeram consigo a tradição da produção de linguíça caseira, inicialmente feita com carne suína. Quando essas famílias chegaram à região sudeste do então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, os suprimentos de carne suína estavam escassos e, com isso, passaram a utilizar carne bovina, que era muito abundante na região, para fazer a linguíça. Isso levou em conta a tradição da pecuária bovina, que já predominava no estado. Com o tempo, esse embutido de sabor diferenciado foi sendo espalhado e modificado entre os fazendeiros da região, demarcando as tradições rurais das famílias de imigrantes, que têm grande relevância na formação identitária e cultural de Maracaju e de Mato Grosso do Sul. A história da cidade e da linguíça se entrelaçam em diversos momentos, refletindo-se em todos os cantos do município. Portanto, senhor presidente, entendo ser muito importante destacar a importância histórica e cultural ao declararmos a linguíça de Maracaju como Patrimônio Imaterial do Estado de Mato Grosso do Sul. Solicito, então, o voto de todos



os nossos colegas para que possamos oficializar este sentimento tão significativo para a população de Maracaju.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. E convidamos todos para a Festa da Linguíça, em maio. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 160/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Acrescenta o inciso III ao artigo 2º da Lei nº 4.702, de 27 de julho de 2015, que institui a identificação visual do governo do estado do Mato Grosso do Sul e o logotipo dos órgãos do Poder Executivo estadual, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente. Senhor presidente, quero apenas para relatar a Vossa Excelência que está havendo um problema no sistema de Casa para incluir eletronicamente os requerimentos. Então, eu queria pedir a Vossa Excelência que inclua na Ordem do Dia um requerimento que eu estou tentando protocolizar desde ontem. Segundo o artigo 171, inciso XII.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência, na hora da Ordem do Dia, quer incluir um requerimento na Ordem do Dia? Vou analisar aqui deputado, e já te dou o retorno. Em votação.

Projeto de Lei nº 160/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).



Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. O deputado Professor Rinaldo não está presente no Plenário. Ele está presente no Plenário virtual? Não está presente no virtual também. Então o Item 3 está retirado da pauta. Item 4. Primeiro vamos à análise da questão de ordem do deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, sobre a questão que eu relatei ontem na tribuna — eu não estava conseguindo o protocolo eletrônico — não há problema; a decisão fica inteiramente a cargo de Vossa Excelência. Serão despachados oralmente, segundo o artigo 171, não à pessoa a que me refiro no requerimento, mas a decisão está inteiramente a cargo de Vossa Excelência, e tem que ser despachado oralmente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta Presidência entende que não há óbice para votação, mas eu vou ler o requerimento, pois ainda não foi lido na Casa. Nem vou colocar em votação; se não houver óbice, vamos votar o requerimento. O requerimento do deputado diz o seguinte: Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor procurador-geral Alexandre Magno Benício Lacerda, bem como ao Excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Paranaíba, Edmar da Silva, solicitando providências acerca da intervenção do Poder Executivo de Paranaíba que atentou, segundo o deputado, contra o livre exercício do Poder Legislativo, violando a probidade e a Lei Orçamentária, proibindo os servidores públicos municipais, para que não entregassem informações para o envio de recursos referentes a emendas Parlamentares [sic]. Aí o deputado junta artigos da lei... Em princípio, a presidência não vê óbice de encaminhamento. Se tiver algum deputado... Sem óbice? Vai ser incluído, sem problemas. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Quatro requerimentos, acrescentando o do deputado João Henrique, mais um requerimento de manifestação externa, uma moção de aplauso, cinquenta e nove indicações e onze moções de congratulações. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Moção de pesar, proposta pelo deputado Gerson Claro, em razão do falecimento do senhor Antônio Albuquerque dos Santos, meu amigo e corinthiano. Moção de pesar, proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor José Magalhães Felipe. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Está encerrada a Ordem do Dia. Passemos

às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pela ordem. Há um expediente de manifestação externa. A pessoa para fazer a manifestação está presente? Então, conforme requerido à Mesa Diretora, nas formas regimentais, o uso da tribuna na Sessão de hoje será feito pela doutora Mariana Tomé, para explanar acerca da preservação da água e da sobrevivência humana. Neste momento, então, suspendo a Sessão para o uso da tribuna pela doutora Mariana, que disporá de quinze minutos para a sua exposição. E já convido o deputado Renato Câmara, autor da proposição, para assumir a presidência.

SENHORA MARIANA TOMÉ (vice-coordenadora da Comissão de Meio Ambiente da BPW) — Bom dia a todos. Obrigada pela oportunidade de estar aqui hoje explanando um pouco sobre preservação da água e sobrevivência humana. A gente está no mês em que se fala muito sobre a água. Dia 22 de março é o Dia Mundial da Água, um elemento que, embora tenhamos em abundância, a água potável não é tão abundante quanto parece. Eu vou começar a apresentação mostrando dados para vocês, porque eu acredito que com dados a gente consegue ter uma dimensão maior da relevância desse tema. Setenta e um por cento da superfície da Terra é composta de água. Desses 71%, 96,5% da água do planeta vêm dos oceanos. Assim, percebemos que mais de 90% são de água salgada, imprópria para consumo humano, necessitando passar por um processo de dessalinização. No entanto, muitas vezes esse recurso não chega às populações mais carentes, que são as mais necessitadas desse acesso. Apenas 3% da água disponível é composta por água doce, e desses 3%, somente 1,2% é água potável. Portanto, embora vivamos em um planeta coberto por água, quando se trata de água potável, enfrentamos uma escassez. Por que trago esse assunto à discussão? Para evitar situações como a de uma criança na Etiópia que não tinha acesso à água potável e acabou bebendo água lamacenta, ou como a poluição do rio Tietê, onde resíduos são inadequadamente descartados em suas margens. Então é importante salientar que apenas 0,3% da água do mundo está disponível em lagos, rios e oceanos, e a maioria dessa água para consumo está nesses corpos d'água. A maioria da população, especialmente de baixa renda, depende desses recursos hídricos, e uma parte significativa da água disponível é imprópria para consumo ou está em locais de difícil acesso, como geleiras ou lençóis freáticos subterrâneos. Ao abordar a preservação da água, quero destacar três pontos de grande relevância para esta Casa Legislativa e para toda a população: educação, tratamento de esgoto e preservação e despoluição dos rios. Quando falo de educação, refiro-me principalmente às crianças, que são grandes disseminadoras de informações em suas famílias e comunidades. É essencial educá-las sobre a importância da preservação da água e do uso responsável desse recurso. Com relação ao tratamento de esgoto, sabemos que a poluição de rios, como o Tietê, muitas vezes ocorre devido à falta de tratamento adequado. Mesmo quando há tratamento de esgoto, o descarte é inadequado. Essa informação foi retirada da Agência Ambiental Europeia, que fala que a principal fonte de poluição da água provém do tratamento de esgoto e águas residuais, ou seja, o descarte inadequado, embora eu ainda tenha um tratamento de esgoto em algumas localidades. Por isso devemos abordar essa questão não apenas como um problema de saúde, educação e conhecimento públicos. A gente sabe que, infelizmente, nosso País tem uma extensão territorial muito grande e que, de certa forma, há localidades que ainda não conseguem ser atingidas, mas a gente tem que lutar para que isso chegue às populações de todas as classes sociais, independentemente da sua forma. Quanto à despoluição dos rios, destaco dois casos importantes, como o Aquífero Guarani, discutido recentemente em

um seminário nesta Casa Legislativa. Este aquífero é o segundo maior do Brasil; o primeiro está na Região Norte, no estado do Pará, e passa por oito estados brasileiros. O Aquífero Guarani passa por oito estados brasileiros, e nós estamos vendo o uso de grande parte da água que está estocada, mas não temos consciência nem políticas relacionadas à preservação adequada. Atuando como advogada, considero sempre a questão intergeracional, pois devemos usufruir dos recursos disponíveis pensando também nas gerações futuras, para que elas não sejam prejudicadas pela nossa exploração desmedida. Isso é essencial para evitar problemas como os ocorridos com os rios Tietê e Jundiáí, que demandaram grandes investimentos em despoluição, sem alcançar os resultados desejados até o momento. A despoluição desses rios, especialmente do Tietê, já consumiu mais de oito bilhões de reais, mas ainda não está da forma como deveria; enquanto que, para o rio Jundiáí, foram destinados aproximadamente duzentos e trinta milhões de reais, visando fornecer para as populações locais o acesso à água potável. No contexto da sobrevivência humana, destaco dois temas fundamentais: direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Os direitos humanos englobam o acesso à alimentação, água potável, ar limpo e um ambiente de vida adequado, enquanto o desenvolvimento sustentável busca explorar os recursos ambientais de forma responsável, sem comprometer as gerações futuras. Para ilustrar a importância da preservação da água, apresento alguns dados significativos: para produzir um litro e meio de água mineral são necessários três litros de água; para produzir um litro de leite, preciso de mil e cem litros de água; para produzir um quilo de arroz, preciso de três mil e quatrocentos litros de água; e para produzir um quilo de carne bovina, preciso de quinze mil litros de água. Um quilo de carne não dura uma semana para uma família. Embora esses dados possam parecer simbólicos, a preservação da água é uma questão urgente e crucial para todos. E nós somos privilegiados, porque nós não fazemos parte daquela comunidade na África, porque há comunidades que se matam em busca de água potável. Então a preservação da água é algo essencial para a sobrevivência humana. E essa preservação não é feita apenas com o ato de economizar na água no dia a dia, mas é também a criação de políticas públicas que realmente sejam efetivas, a ponto de não permitir que um bem de acesso a todos seja destruído. Os dados apresentados foram extraídos de um documentário premiado de 2012, intitulado "La soif du monde" (A sede do mundo), que destaca a urgência desse problema global. Espero que, com essas poucas palavras eu possa ter trazido a vocês uma reflexão a respeito do tema, que embora seja debatido frequente, muitas vezes não toma a dimensão e a profundidade devida quando se fala de sobrevivência humana. É preciso de políticas públicas, é preciso de fiscalização, é preciso que nós, como cidadãos conscientes, fiscalizemos uns aos outros. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero parabenizar a doutora Mariana Tomé, neste ato, representando a BPW, que é a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais, também representando a OAB, que tem um trabalho muito próximo nesse tema fundamental, participando ativamente nas discussões aqui na Assembleia Legislativa. Para nós é uma satisfação tê-la conosco para tratar e apresentar informações essenciais para muitos que não têm essa percepção da importância da água e daquilo que nós podemos fazer para manter o nosso meio ambiente protegido e sustentável. Parabéns, doutora! Nosso abraço à BPW e à OAB.



SENHORA MARIANA TOMÉ (vice-coordenadora da Comissão do Meio Ambiente da BPW) — Eu agradeço pela oportunidade. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara- MDB) — Não havendo mais nada a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h06min).